



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA – UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA-DG
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

MAYZA LOPES DE ALMEIDA

**ANÁLISE SOCIAL NO ASSENTAMENTO SANTA TEREZA NO MUNICÍPIO DE
SOLEDADE – PB**

**CAMPINA GRANDE – PB
2016**

MAYZA LOPES DE ALMEIDA

**ANÁLISE SOCIAL NO ASSENTAMENTO SANTA TEREZA NO MUNICÍPIO DE
SOLEDADE – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, como requisito para obtenção de Grau de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Ms. Hélio de Oliveira Nascimento

CAMPINA GRANDE – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A447a Almeida, Mayza Lopes de
Análise social no assentamento Santa Tereza no município de Soledade-PB [manuscrito] / Mayza Lopes de Almeida. - 2016.
50 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Prof. Me. Hélio de Oliveira Nascimento, Departamento de Geografia".

1. Reforma Agrária 2. Análise Social 3. Desenvolvimento Social I. Título.

21. ed. CDD 333.31

MAYZA LOPES DE ALMEIDA

**ANÁLISE SOCIAL NO ASSENTAMENTO SANTA TEREZA NO MUNICÍPIO
DE SOLEDADE – PB.**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação de Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba - UEPB, em cumprimento á
exigência para obtenção de Grau de Licenciado em
Geografia.

Aprovado (a) em: 24/05/2016.

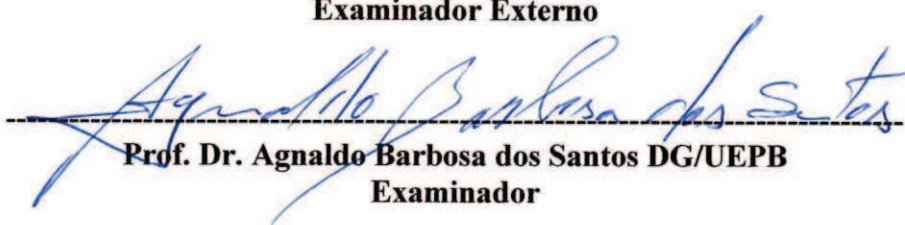
BANCA EXAMINADORA



Prof. .Ms. Hélio de Oliveira Nascimento DG/UEPB
Orientador



Prof^(a). Ms. Josué Barreto da Silva Júnior CTRN/UFCG
Examinador Externo



Prof. Dr. Agnaldo Barbosa dos Santos DG/UEPB
Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus toda honra e toda gloria seja ao senhor! A ajudar a superar as barreiras da longa caminhada.

Aos meus pais e irmãos que sempre apoiaram e dedicaram a minha formação. Antonio Marques de Almeida (*in memoriam*) pelo amor e dedicação e o incentivo a educação. A todos que fizeram e faz parte de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela minha vida, por está sempre presente e me dando força para superar os obstáculos e direcionado a escolher o meu curso de licenciatura em Geografia, possibilitando o conhecimento.

A minha família que me dá suporte na longa jornada da escolarização. Meus pais sempre mostrou que a educação é o melhor caminho para a formação de indivíduos conscientes e de forma critica poder opinar e exercer o papel de cidadão. Sou muito grata a Deus pelos pais que tenho, pela honestidade e direcionamento e educação que me proporcionaram sempre como base na simplicidade e que pra conseguir algo na vida seja a partir dos méritos alcançados, fazendo assim meus princípios e meta de vida.

Agradeço a Universidade Estadual da Paraíba pelo acolhimento no curso de Licenciatura em Geografia aos funcionários e a coordenação do curso pela prestação de serviços sempre que solicitados a todos os professores que fazem ou fizeram parte dessa instituição em especial a Dr. Hermes Alves pelo comprometimento e a partir de suas aulas e conhecimento passados e adquiridos, fonte de inspiração e respeito. Ao professor Daniel Campos pelo conhecimento adquirido e a dedicação ao curso, ao meu orientador e professor Hélio de Oliveira que em suas aulas despertou a área de conhecimento e a escolha do meu tema da minha monografia e pelo comprometimento e paciência na minha orientação e todas as sugestões sugeridas. E ao professor Agnaldo Barbosa pelo incentivo e oportunidades alcançadas durante a graduação nos projetos de extensão e monitoria.

Agradeço todos os amigos Adenilsa, Joselma, Esteliana, Verônica, Jeane que se fez presente na minha jornada e que juntamente comigo superando as barreiras na longa caminhada e juntas concluindo mais uma etapa da graduação e os demais amigos e colegas Ana Carolina, Zeca Ramos, Vanderson, Josué, pelo o apoio e incentivo. E em especial ao meu noivo Silas Sandro por me motivar e aguentar meus estresses.

RESUMO

ALMEIDA, Mayza Lopes de. **Análise Social No Assentamento Santa Tereza No Município de Soledade-PB.** Monografia do Curso de Licenciatura Plena em Geografia-UEPB- CEDUC. Campina Grande-PB, 2016.

Uma política de Reforma Agrária não se limita á desapropriação de terra e distribuição de lotes entre famílias assentadas. Reforma Agrária compreende o apoio á produção e a distribuição de terra que possa garantir o bem estar das famílias e o desenvolvimento social local. Diante do exposto, o presente estudo, tem por objetivo analisar os desafios e perspectivas sociais de fatores que influenciam o desenvolvimento e o planejamento recentes entre famílias de agricultores do assentamento Santa Tereza. De reforma agrária com a responsabilidade do INCRA no Município de Soledade-PB e que está apenas aproximadamente 3 km de Distância da zona urbana. Para realizar esta pesquisa foi efetuado um levantamento bibliográfico sobre o tema, além da utilização de entrevista com os membros da associação organizada do assentamento. Também aplicamos questionário com os moradores da área do nosso estudo. Trata-se de atores sociais que vivenciam no seu cotidiano a pobreza, a miséria, o desemprego estrutural, à informalidade do mercado e vítimas de processos sociais desiguais. Conclui-se que a realidade do assentamento com seus problemas, suas dificuldades, suas estratégias de manutenção na terra. Enfim, seu entendimento enquanto "espaço social produzido" possuem fortes restrições limitantes ao processo produtivo que impossibilitam o desenvolvimento.

Palavras-Chave: Reforma Agrária; desenvolvimento local; análise social.

ABSTRACT

ALMEIDA, Mayza Lopes de. **Análise Social No Assentamento Santa Tereza No Município de Soledade-PB.** Monografia do Curso de Licenciatura Plena em Geografia-UEPB- CEDUC. Campina Grande-PB, 2016.

An Agrarian Reform policy does not limit itself to a land expropriation and land lot distribution. The Agrarian Reform involves the support of production and distribution of land in order to ensure the well-being of the families, as well as the local social development. From this draft, the following study aims at analysing the challenges and social perspectives of factors that contribute for the recent planning of the farmers from Santa Tereza Settlement, an agrarian reform of the (INCRA), in Soledade-PB, about 3km far from the urban area. This research was done from a bibliographic search about the theme, in addition to an interview with the members of the settlement association. We also applied a questionnaire for the residents. This way, it is concerned about social agents, which experience the poverty, the misery, the structural unemployment, and the informal marketplace, what make them victims of a social inequality. It is noticed the reality of a settlement characterized by its problems, its difficulties, its strategies for managing the land; in short, its understanding about "social produced space", that has range limitations in relation to the productive progress, by making the development impossible.

KEYWORDS: Agrarian Reform; Local development; Social analysis.

LISTA DE SIGLAS

ASA Articulação do semiárido
CPT Comissão Pastoral da Terra
GEE Grau de Eficiência na Exploração
CEO centro de especialidades odontológicas
COOPTERA Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária da Paraíba
GUT Grau de Exploração da Terra
IBRA Instituto Nacional de Desenvolvimento e Reforma Agrária
INDA Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE instituto brasileiro de geografia e estatística
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG Organização não governamental
PAA Programa de Aquisição de Alimentos
PDA Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PRRAs Planos Regionais de Reforma Agrária
P1 + 2 programa uma terra duas águas
P1MC programa de 1 milhão de cisternas
STR Sindicato dos Trabalhadores Rurais

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa de localização de Soledade no Estado da Paraíba	11
Figura 02: Mapa de localização geográfica do assentamento.....	14
Figura 03: Fonte de água: Açude Santa Tereza.....	27
Figura 04: Cisterna calçadão no assentamento Santa Tereza em Soledade-PB.....	28
Figura 05: Fonte de água: Poço amazonas.....	29
Figura 06: Produção orgânica de hortaliças variadas.....	30
Figura 07: Casa grande do assentamento Santa Tereza em Soledade-PB.....	35
Figura 08: Feira da agricultura familiar em Soledade-PB.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Divisão por gênero dos assentados beneficiários do assentamento Santa Tereza...32	32
Gráfico 2: Local de residência antes do assentamento Santa Tereza.....33	33
Gráfico 3: Condições de escolaridade.....34	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1-O MUNICÍPIO DE SOLEDADE-PB E O ASSENTAMENTO SANTA TEREZA.....	13
1.1-Localização geográfica do município.....	13
1.2-Desenvolvimento histórico, político e econômico do município de Soledade-PB.....	13
1.3-Localização geográfica do assentamento Santa Tereza.....	16
2-MOVIMENTOS SOCIAIS DO MEIO RURAL E ASSENTAMENTOS.....	17
2.1-Os movimentos sociais camponeses.....	17
2.1.1- A atuação das Ligas Camponesas no Nordeste Brasileiro.....	17
2.1.2- A atuação do Master no Brasil.....	18
2.1.3- A atuação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) no Brasil.....	18
2.1.4- O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Reforma Agrária.....	19
3-O INCRA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	21
3.1- A atuação do INCRA No Brasil.....	21
3.2- A atuação do INCRA Na Paraíba.....	22
3.3- A atuação do INCRA no Assentamento Santa Tereza.....	24
4-HISTÓRICO DA FAZENDA SANTA TEREZA.....	26
4.1- Da fazenda Santa Teresa ao assentamento Antonio Avelino de Sousa.....	26
4.2- A criação do assentamento Santa Teresa.....	26
5-A EVOLUÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DO ASSENTAMENTO SANTA TEREZA E PERFIL SOCIAL DOS ASSENTADOS.....	27
5.1- A estrutura quantitativa do assentamento Santa Tereza da criação ao dias atuais.....	27
5.2- O desenvolvimento qualitativo do assentamento Santa Tereza.....	27
5.3- Fatores que justificam o sucesso (ou insucesso) do assentamento Santa Tereza.....	31
5.4- Assentamento Santa Tereza: desafios e perspectivas sociais.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE.....	42

INTRODUÇÃO

O processo da concentração de terra está enraizado na formação histórica do Brasil marcado por inúmeras desigualdades sociais, já que o país possui um elevado índice de concentração fundiária, que por sua vez está relacionada ao processo de colonização imposto ao território brasileiro, inicialmente com as Capitânicas Hereditárias, posteriormente com as Sesmarias e a aprovação da Lei de Terras, medidas que sempre privilegiaram a classe favorecida. Surgindo as classes sociais divergentes dominante/exploradas, que nasce da condição estrutural que produz a concentração da riqueza e expansão das mazelas sociais, produzidas por diferenças econômicas dos agricultores por meio a sujeição de mão- de-obra barata e por meio da expropriação da terra, levando essa população marginalizada a viver em constante movimento migratório, em prol de um desenvolvimento que favorece uma pequena parcela da população, sendo movimento de destruição e recriação de relações sociais.

A população excluída ao acesso á terra com a implementação da modernização na agricultura, leva o surgimento de um novo ator social reunindo trabalhadores rurais, arrendatários, posseiros que se organizam em movimentos sociais de luta pela terra e de forma mais efetiva com a formação das ligas camponesas na década de 1960 e vários outros movimentos em anos posteriores e foi intensificado em 1980 com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os assentamentos rurais podem ser considerados como um dos resultados no processo da luta pela terra e pela resistência as expulsões ganhando legitimidade a partir das reivindicações, com a abertura da democracia o Estado começou a desapropriar áreas em conflitos e formar os primeiros assentamentos. Portanto pode-se dizer que a origem da luta pela terra está relacionada ao descontentamento das classes menos favorecidas que foram excluídas, e em muitos casos até expulsas de suas terras, como aconteceu com os indígenas.

A escolha do assentamento Santa Tereza para ser o tema central desta pesquisa ocorreu em virtude de verificar as condições sociais que os assentados se encontram. Dessa forma, trabalhadores rurais buscam na reforma agrária visando melhores condições de vida. Para acontecer uma reforma agrária digna, é preciso mais que a distribuição de terras, assentar uma família significa garantir condições para o crédito, comercialização e assistência técnica e institucional. O assentamento, área de nosso estudo, apresenta uma população de 172 moradores. (Segundo dados da ficha de agente de saúde do local). O assentamento está localizado a cerca de 3 km do município de soledade-PB. Diante do exposto, faz emergir a problemática: Qual atuação do poder público? Como se deu a gênese do processo de

formação do assentamento Santa Tereza? Quais as ações do governo no desenvolvimento do assentamento? Para uma melhor condição de vida e desenvolvimento do assentamento é necessário uma interação entre distribuição de terras e uma assistência técnica e financeira. Desta forma foi possível verificar que a falta de condições de trabalho na terra é um problema social, pois impossibilita os assentados de garantir condições de subsistência por falta de crédito para investir na produção presentes no assentamento. Determina-se assim, como objetivo geral fazer uma análise social no assentamento identificando os principais problemas vivenciados pelos assentados e as dificuldades de desenvolvimento para uma melhor condição de vida. Para atingir esse objetivo é necessário fazer uma análise do perfil socioespacial dos trabalhadores rurais do assentamento Santa Tereza; o processo de inserção das famílias e analisar o aspecto socioeconômico dos referidos assentados. Espera-se que a presente pesquisa possa abrir caminho para um melhor entendimento do processo de reforma agrária e a atuação continua para a permanência ou não dos assentados, sendo relevante para a sociedade para uma contribuição especificamente da área estudada. Que a partir da análise possa surgir melhorias para os moradores do assentamento Santa Tereza no município de Soledade e perceber os problemas existentes e quais as expectativas esperada, a fim de encontrar soluções para melhores condições de vida.

No tocante aos procedimentos metodológicos, foi realizada inicialmente uma revisão bibliográfica que direcionou o desenvolvimento da pesquisa para a utilização do método materialismo-histórico-dialético, fundamentado na corrente da Geografia Crítica do Pensamento Geográfico. Foram realizadas visitas “*in loco*” para melhor compreensão do objeto de estudo e coleta de dados, de base qualitativa através de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação, o instrumento utilizado dar-se-á através de entrevistas com membros da associação organizativa do assentamento e aplicação de questionários com os moradores do assentamento.

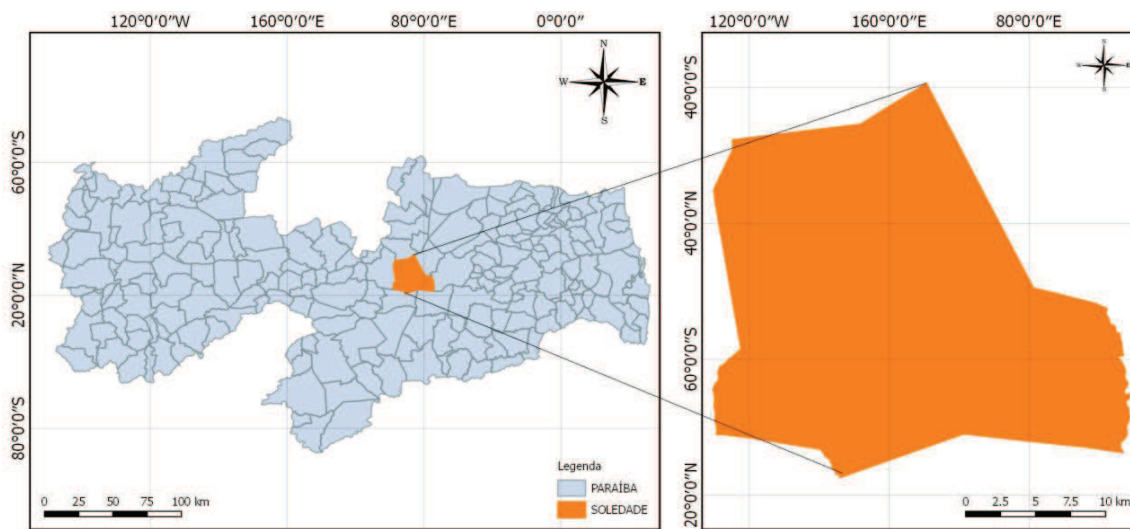
As discussões apresentadas neste trabalho foram divididas por sessões. O estudo começa com a localização geográfica do município e o desenvolvimento histórico e econômico como também a localização da área em estudo para, em seguida, tecer uma breve contextualização do surgimento e atuação dos movimentos sociais e a atuação do INCRA no processo de reforma agrária e por fim, a formação histórica do assentamento e os fatores que influenciam no desenvolvimento (ou não) do estabelecimento a partir da análise do resultado da pesquisa.

1-O MUNICÍPIO DE SOLEDADE E O ASSENTAMENTO SANTA TEREZA

1.1-Localização geográfica do município

O Município de Soledade está localizado no Estado da Paraíba Brasil (Figura. 1) especificamente no Planalto da Borborema, e na Mesorregião do Agreste paraibano e microrregião do Curimataú Ocidental, estando situado, há 178 km da capital, João pessoa (ATLAS 2002).

Figura 01: Mapa de Localização de Soledade no Estado da Paraíba



Fonte: ALMEIDA, Mayza Lopes. IBGE, Qgis, 2016

Segundo os dados do (IBGE, 2010) com uma população estimada em 13.739 habitantes e uma área territorial de 560,042 km². “Situa-se dentro das coordenadas geográficas 7° 03’ 30” de latitude Sul e 36° 21’ 47” de longitude Oeste e com densidade demográfica de 24,53 hab/km², com altitude de 521 m acima do nível do mar. Soledade situa-se as margens da BR-230. A mesma se limita ao Norte com o Município de São vincente do Seridó, ao Leste com os Municípios de Oivedos e Pocinhos, ao Oeste com o Município de Juazerinho a ao Sul com minicípio de Gurjão e Boa vista. A região de Soledade é constituída pelo clima Semiárido e temperatura variando de 22° C (maio a agosto) á 36° C (dezembro a abril). Apresenta um Bioma característico a caatinga, típica do Nordeste.

1.2- Desenvolvimento Histórico, Político e Econômico do Municipio de Soledade-PB

O núcleo de Soledade, primitivamente era chamado de “Malhada das Areias Brancas” (alguns chamavam “Malhada Vermelha” devido à coloração do barro) o qual fazia parte de uma fazenda adquirida por João Gouveia de Sousa compreendida parte de terras do Riacho do Padre, que começa no Olho d’água do tapuia, estendendo-se até a Barra das Vacas. Na Paraíba por volta da década de 1856 surgia uma grande epidemia de cólera morbus eliminando a vida de grandes quantidades de pessoas, dentre os casos fatais foi o de Ana de Farias. Os netos do primeiro proprietário, José Alves de Miranda e João de Gouveia de Sousa doaram parte para uma capela local conhecido como Malhada das Areias Brancas. (Filho, 1974 p.15,16).

O processo de fundação da cidade de Soledade está atrelado com a passagem da obra missionária do Padre Ibiapina, que na cova de Aninha se inteira da situação enfrentadas pela população que tinha que percorrer quilômetros de distâncias para enterrar seus familiares. Diante desse fato O padre Ibiapina convoca os moradores a uma faixa de terra doada por Carlos de Abreu França, iniciando a construção da necrópole. Mais tarde no local do cemitério o mesmo sacerdote edifica uma Capela Anexa. “Desse modo, então, foi como se concluiu a missão do padre visitante na cidade nascente, onde se demorara por quase cinco meses, pois em agosto de 1866 ausentara-se da terra por ele fundada e que hoje perpetua sua memória”. (Filho,1974 p.20)

[...] com aquele semblante ermo do lugar. Por isso é que o missionário proclamou de solidão a antiga Malhada das Areias Brancas. [...] democraticamente, que o mesmo fosse mudado para o de Soledade. Aceitando tal inspiração da maioria bradou o missionário: “Neste momento proclamo a fundação de Soledade”. E enfaticamente, “Soledade nasce no crauí e nele florescerá.”

O primeiro nome do município por sugestão do missionário Padre Ibiapina, foi Solidão, mas democraticamente fazendo-se oitiva de uma espécie de conselho comunitário chegou-se a um acordo pela palavra sinônimo de Soledade. A fé e a perseverança de Padre Ibiapina foram fundamentais para a constituição de Soledade. De acordo com os dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1960), o povoado de soledade pela Lei Provincial de nº 682 de 1879 torna-se distrito da Vila de São João do Cariri, sendo elevada categoria de vila pela Lei nº 791 de 24 de setembro de 1885, tornando-se cinco anos depois sede da comarca. Sua emancipação em 1885, onde se encontra hoje com 130 anos de emancipação política.

Soledade é bastante conhecida em todo o Estado da Paraíba por ser uma espécie de ponto de parada dos milhares de transeuntes que trafegam pela BR 230 no destino a Campina Grande/João Pessoa, para o sertão e por algumas vezes no destino dos Estados vizinhos de

Pernambuco e Rio Grande do Norte. Tem se destacado nos últimos anos por seu crescimento urbano e sua recente modernização arquitetônica. A cidade é atualmente a que mais se desenvolve na região e trás em sua recente história a mais importante conquista em favor das crianças e adolescentes – o Selo UNICEF município aprovado.

Suas atividades principais são agricultura e pecuária, possuindo expressividade no comércio e no beneficiamento de minério (IBGE - 2001). Apesar do clima seco a criação de caprinos, animais resistentes às altas temperaturas, é bem sucedida e movimentada a economia da cidade. A economia dos rebanhos caprinos se dá pela produção de queijo e leite, mas com a estiagem nos últimos cinco anos a população do meio rural vem sofrendo as consequências das perdas dos rebanhos e baixa produtividade.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Soledade é 0,616, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o desenvolvimento do município é a Longevidade, com índice de 0,772, seguida de Renda, com índice de 0,598, e de Educação, com índice de 0,506. (PNUD, Ipea).

A realidade dos moradores de Soledade é bastante preocupante, pois a proporção de moradores abaixo da linha de indigência (onde cada morador tem uma renda inferior a um quarto do salário mínimo vigente no país) representa 26,2% da população total, ou seja, 3.599 habitantes (IBGE, 2010). Constata-se que 30,4% da população estão entre a linha de indigência e pobreza. São 4.177 habitantes vivendo com uma renda per capita inferior a ½ salário mínimo. De outro lado, 43,4% da população estão acima da linha de pobreza, conforme a tabela 1:

Quadro 1: Proporção de moradores abaixo, entre e acima da linha de pobreza e indigência no município de Soledade PB

	Nº de habitantes	Percentual da população local
Abaixo da linha de indigência	3.599	26,2%
Entre a linha de pobreza e indigência	4.177	30,4%
Acima da linha de pobreza	5.963	43,4%

Fonte: Censo Demográfico – IBGE, 2010. Acesso 10 de Abril de 2016.

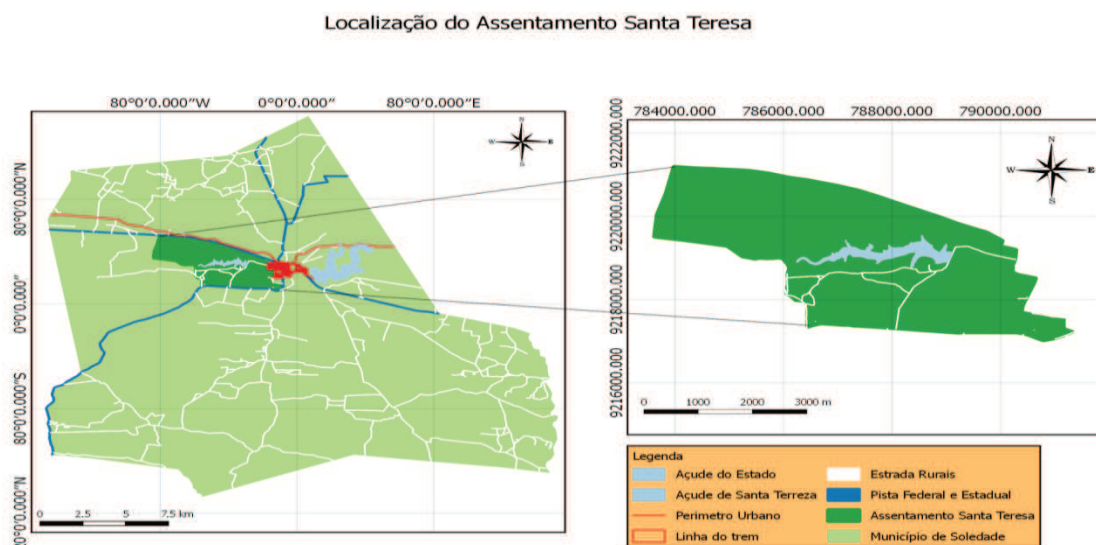
Dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) A renda per capita média de Soledade cresceu 152,47% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 130,73, em 1991, para R\$ 203,44, em 2000, e para R\$ 330,05, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,00%. A taxa média anual de crescimento foi de 5,04%, entre 1991 e 2000, e 4,96%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres,

ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 77,24%, em 1991, para 56,09%, em 2000, e para 32,04%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,53, em 1991, para 0,58, em 2000, e para 0,51, em 2010. (PNUD, Ipea)

1.3- Localização Geográfica do Assentamento Santa Teresa

O Assentamento Santa Teresa Segundo os dados do INCRA (2001) O acesso ao imóvel se dá pela BR-230, sentido Soledade/Patos. Chegando-se á cidade de Soledade, entra-se á esquerda na BR-230, tendo como referência a vila de casas, construídas pela Prefeitura Municipal, percorre aproximadamente 02 km e se chega á sede do imóvel. Limita-se ao Norte com a BR-230 e ao Sul Estrada Municipal Martins Piloto e área de servidão pública Ao Leste Área de Prefeitura, conjunto CEHAP, Arnaldo Cordeiro, Maria Cordeiro, Magda Cordeiro e Ivo Barbosa A Oeste com a Fazenda Melancia e Florentina.

Figura 02: Mapa de Localização Geográfica do Assentamento



Fonte: ALMEIDA, Mayza Lopes, IBGE. Qgis, 2016

O Assentamento é organizado pelo INCRA e conta com uma área de 1.932 ha, sendo dividida em 44 lotes de faixa de 11 ha por cada família restando uma área de 1.536 ha destinada para um cercado coletivo na qual as famílias assentadas podem exercer a pecuária e o extrativismo vegetal.

2- MOVIMENTOS SOCIAIS DO MEIO RURAL E ASSENTAMENTOS

2.1- Os Movimentos sociais camponeses

2.1.1 A atuação das Ligas Camponesas no Nordeste Brasileiro

Os movimentos Sociais surgem a partir da consciência da desigualdade entre o camponês e o dono da terra. “A difícil situação em que se encontram os trabalhadores sem terra do Nordeste, constantemente se agravar-se, sobretudo a partir de 1950” (ANDRADRE, 2011 p.303). Os antigos engenhos estavam confiados a agricultores que pagavam espécies de aluguel (forro) as terras abandonadas por seus proprietários. Os donos de Engenho Galiléia estabeleceram aumentar o preço do forro na tentativa de expulsão dos mesmo que não vinhesse a liquidar o valor (MORISSAWA, 2001). “O forreio representa uma categoria social ameaçada de extinção. O galileu simboliza o campesinato nordestino que vive próximo aos empreendimentos capitalistas, representando um obstáculo à sua expansão.”(BASTOS, 1984. p.6). O início da mobilização camponesa do Nordeste representa o trabalhador rural contra as condições de exploração à que está submetido, deu-se a partir do ano de 1954, no Engenho de Galiléia, em Pernambuco.

[...] quando o proprietário do engenho do mesmo nome quis expulsar os forreiros que aí trabalhavam, há vários decênios. Inicialmente era uma sociedade benfícia, com fins assistencialistas; com a repressão ela foi se radicalizando e contratou como advogado, para defender os direitos dos agricultores, o jovem parlamentar Francisco Julião, que fora eleito pelo Partido Socialista Brasileiro, mas tinha grandes ligações com o movimento comunista. (ANDRADE, 1989, p. 27).

O representante dos camponeses, Francisco Julião já havia defendido algumas causas dos agricultores, mas de forma isolada, com tudo tratava-se agora de grupo organizado. “Mas, ao lado da luta judicial, utiliza-se da tribuna da Assembléia Legislativa para denunciar tanto a situação dos “galileus” quanto as arbitrariedades a questão a que são submetidos.”(BASTOS, P.8). Através da luta judicial as Ligas ficaram conhecidas nacionalmente e em poucos anos passaram a organizar em outros municípios de Pernambuco e outros estados do Nordeste e outras Regiões do País. MORISSAWA (2001, p.93) afirma que:

Em 1962 vários encontros e congressos foram realizados reunindo representantes das diversas ligas. A essa altura, a consciência camponesa estava formada no sentido da luta em torno de uma reforma agrária radical. Os camponeses sesitiam na terra e chegavam a realizar ocupações de terras. Eles tinham por lema “Reforma agrária na lei ou na marra.

Essas organizações geraram muitos conflitos entre os camponeses e latifundiários na qual varios agricultores morriam na resistência a serem expulsos da terra. “Muitos trabalhadores militantes do movimento camponês foram assassinados por seus patrões ou por prepostos, entre estes o lugar-tenente de julião, João Pedro Texeira, em Sapé.” (ANDRADE,1989, p. 28). Em 1964 durante o regime militar Julião e outros diversos lideres foram presos e condenados, por estes buscarem a justiça e o direito de cidadania. O movimento social ficou sem liderança e se dispersou (ANDRADE,1989).

2.1.2 A Atuação do Master no Brasil

No início da década de 1950, no Rio Grande do Sul, surgiu o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra), a partir das resistências de 300 famílias de posseiros no município Encruzilhada do Sul, em poucos anos espalhou por todo o estado gaúcho. “Para o movimento, eram considerados agricultores sem terra o assalariado rural, o parceiro, o peão e também os pequenos proprietários e seus filhos.” (MORISSAWA, p. 94).

O Master em 1962 iniciou os acampamentos, forma particular desse movimento “(...) a luta dos integrantes do master era pra entrar na terra. O movimento cresceu com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual pertencia o então governador Leonel Brizola.” (MORISSAWA, p. 94). No mesmo ano 1962, o movimento foi enfraquecido com a derrota do partido nas eleições pelo governo estadual e entidades.

2.1.3 A Atuação da CPT (Comissão Pastoral da Terra) no Brasil

Durante o regime militar as organizações sociais que repreentavam os trabalhadores rurais, foram dessiminadas, mas a luta pela terra continuava principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste do País. Com a falta de perspectiva de reforma agrária muitos camponeses migraram para a Amazônia e o Centro- Oeste, outros para as chamadas colonizações espontâneas em terras públicas, sem receber nenhuma assistência do governo, outros trabalhavam como peões em fazendas ou garimpos.

Na colonização espontânea, os trbalhadores rurais derrubavam a mata e passavam a cultivá-la. Logo apareciam pessoas dizendo-se donas da área, com títulos legais ou forjados, expulsavam os ocupantes e plantavam o pasto para a pecuária. Se eram donas ou não, com ceteza nunca tinham aparecido naquelas terras para qualquer finalidade. (MORISSAWA, 2001 P. 105).

Diante dessa situação agricultores foram assim expulsos da terra perdendo tudo que havia construído, gerando muitos conflitos na região com morte de centenas de posseiros. Na época da ditadura a Igreja Católica era a única instituição capaz de fazer frente ao regime. Em 1975 a Igreja juntamente com as paróquias das periferias das cidades e das comunidades rurais fez surgir a CPT (Comissão Pastoral da Terra) para prestar assistência aos camponeses. “No início a CPT esteve voltada às lutas dos posseiros do Centro – Oeste e Norte. Mais tarde, com a eclosão de conflitos pela terra em todo o País, ela se tornou uma instituição de alcance nacional.” (MORISSAWA, 2001, p.105). Em âmbito nacional a CPT adquiriu grande importância no descaramento da política e projetos dos militares e no aspecto organizacional nos projetos de lutas e conquista da terra.

2.1.4- O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Reforma Agrária

O MST foi resgatar o que havia se dissipado durante a ditadura militar com mais de 20 anos de lutas sociais no campo com os movimentos sociais das ligas camponesas ambos defendiam uma reforma agrária. Na década de 1970 com a introdução da modernização na agricultura introduzida no Brasil pela ditadura militar o estatuto da terra tinha ficado no papel, com a substituição dos homens pelas máquinas, muitos agricultores (assalariados, arrendatários e parceiros) foram expulsos tendo que migrar para área de colonização, principalmente da Região Sul do País. “Expulsos do campo pela modernização da agricultura, expulsos da cidade pelo fracasso da industrialização, fica no ar então a pergunta que será respondida pela própria história do MST: que perspectivas restaram aos sem-terra?” (MORISSAWA, 2001, p. 122). Com a parte da população expulsas houve a migração do campo para a cidade uma época em que a industrialização estava em desenvolvimento e absorveu para a mão-de-obra barata, anos depois a industrialização entrou em crise gerando o desemprego nas cidades.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979, (...) ainda em plena ditadura militar quando aconteceu a ocupação da Fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul.” (MORISSAWA, 2001, p. 123). Em busca da reforma agrária. “O espaço aberto para esse processo foi a CPT, sem a qual, em anos de ditadura, o movimento não teria nascido ou talvez demoraria ainda muito tempo para surgir”. (MORISSAWA,

2001,p. 123). Esse início de organização foi de grande importância para a realização de assembleias para discutir a melhor forma de solução e conscientização do processo.

Segundo Morissawa, (2001) Com as reivindicações dos sem-terra e sem resposta do governo no ano de 1979 começaram a ocupação da área nas glebas Macali e Brilhante, mesmo com a presença da Brigada militar a organização do movimento obteve sucesso, acontecendo às primeiras conquistas. A organização dos sem-terra cada vez mais fortalecida, promovendo encontros Regionais e Nacional, porém enfrentando bastantes barreiras durante as diversas ocupações nas diferentes Regiões do País enfrentando as reações do latifundiário, os despejos dos acampados a má vontade do governo e a incompetência do Incra. O MST mesmo com os grandes impecilhos utilizam diversas formas de lutas para atingir seus objetivos, o mesmo foi crescendo expandindo-se pelo Brasil tornando-se um dos mais importantes movimentos sociais que luta por uma Reforma Agrária, na distribuição da terra a todos os que desejam trabalhar nela e viver dela e que cumpra sua função Social, pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

3- O INCRA E OS ASSENTAMENTOS RURAIS

3.1- A Atuação do Incra no Brasil

Segundo Andrade (1989), em 1964 o golpe representou uma ruptura na trajetória política e social do Brasil, uma política antes comprometida com o sistema capitalista. As reivindicações dos trabalhadores passaram por um sistema autoritário e repressivo. Embora com o impedimento por parte do congresso nacional para a realização de reformas de estrutura, o movimento sindical conseguia algumas conquistas. As classes dominantes e organizadas aliadas a setores militares tentaram impedir a posse de Juscelino Kubitschek, dificultando algumas medidas de Jânio Quadros e também a posse de João Goulart, elaborando algumas ações desenvolvimentista para o País.

Logo após o golpe, o novo governo, atrelado aos acordos de Punta del Este, procurou orientar as políticas agrária e agrícola do País, promulgando o Estatuto da terra (ET), em 30/11/1964... Foram criados o Instituto Nacional de Desenvolvimento e Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. (SOUZA, P.78)

Em tempos de repressão e consumado o golpe e deposto o Presidente da República, o novo governo procurou orientar a política do Brasil em vários setores incluindo o agrário e foi promulgada a Lei nº 5.404 do Estatuto da Terra que orientaria a política de reforma e desenvolvimento agrário e a criação dos Institutos de Reforma Agrária (IBRA) e Desenvolvimento Agrário (INDA) em substituição a superintendência da Reforma Agrária. O estabelecimento do Estatuto da Terra era um avanço na proposta de realizar uma melhor distribuição de terra, com a não aplicação do mesmo em 1968, o então Presidente Costa e Silva criou um grupo de trabalho, o Gera para estudar a causa da não aplicação do Estatuto e entre outros conselho surgiu o Incra. “Foi a fusão do IBRA e INDA, dando lugar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 09/07/70.”. (SOUZA,2002, p. 80).

O período entre 1966 a 1967 é caracterizado por conflitos pela posse de terra em várias regiões do Brasil. Os projetos de colonização que foram implantadas na Transamazônica e outras áreas levaram a formação de um fluxo migratório em virtude da modernização na agricultura e na valorização das terras já povoadas. “O Incra foi definindo a situação legal dessas migrações através da criação dos projetos de Colonização Oficial de Altamira- PA, Marabá- PA e Itatuba-PA. Surgindo as primeiras contradições...” (SOUZA, 2002,p. 83). As colonizações espontâneas dos trabalhadores rurais transformadas em oficial e dirigidas pelo governo como reforma agrária. Apesar das contradições o Incra em 1970

iniciou o incentivo a programa ao cooperativismo para assistência técnica, financeira e comercial aos cooperados, mas um ano depois pela Lei 5.764 os produtores agroindustriais o sistema de cooperativa ficou sob seus domínios.

Dos dados referentes aos projetos de colonização oficial, segundo o Incra. “Para regularização da estrutura fundiária brasileira, contava com 35 projetos fundiários, dos quais 27 se localizavam na Amazônia Legal. Dos 8 restantes, apenas 2 estavam fora da faixa da fronteira.” (SOUZA, P.90). Esses projetos visava separar as terras particulares das áreas devolutas destinadas aos projetos de colonização.

3.2 A Atuação do Incra na Paraíba

Para entender a intervenção do governo na estrutura de reforma agrária na Paraíba faz necessário verificar sua organização no processo de ocupação e estruturação do espaço agrário nordestino, lastreado na expansão da monocultura da cana-de-açúcar e da pecuária extensiva. Para serem produzidas essas culturas necessita-se de grandes extensões de terras adquiridas pelo processo histórico das sesmarias ou posse, no momento do desenvolvimento do capital. “A exploração algodoeira data também do início da colonização com pouca expressão, adquirindo maior importância. No Agreste em meados do século seguinte.” (SOUZA, P. 109). Essas produções proporcionaram a economia e o desenvolvimento da população, possibilitando também outras formas de culturas de subsistência. Essas atividades eram feitas por escravos e continuada por forreiros, moradores e arrendatários, contribuindo assim para o processo de exclusão com a predominância das terras nas mãos de uma pequena minoria da população desencadeando todo o processo de conflitos no espaço rural, e com o intenso processo de modernização intensificado no Século XX na Paraíba agravando os efeitos sociais das classes trabalhadoras impulsionando pela luta e a permanência e o acesso à terra pelos movimentos sociais presente na história.

Na última metade do Século XX, a organização da atividade agropecuária no Estado da Paraíba sofre um intenso processo de modernização, circunscrita no contexto do processo de modernização conservadora da agricultura nacional alavancada pelo Governo Federal, após o golpe militar de 1964 através de incentivos e de políticas creditícias e fiscais específicas. Esse processo se deu de forma desigual quer em relação às atividades exploradas. No caso da Paraíba, ele beneficiou fortemente a atividade canavieira e pecuária, levando uma reorganização na sua estrutura agrária com graves efeitos sociais e econômicos (SOUZA, 2002, p. 110).

A modernização da agricultura provocou o processo de expulsão do trabalhador rural e a expansão da pecuária. No pós 64 os movimentos sociais sofreram repressão reforçada com a mudança da legislação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais. Os pequenos produtores rurais forçados a abandonar o campo se organizaram e resistiram gerando uma série de conflitos no campo objetivando não mais a luta para não deixar a terra e sim a permanência na mesma. “informa-se, que a primeira ocupação sob a liderança do MST na Paraíba, ocorreu na fazenda Sapucaia no Município de Bananeiras em 1989, por 200 famílias. Até o presente, já somam 10 os acampamentos com 774 famílias espalhadas em seis municípios desse Estado”. (SOUZA,2002, p.127). Esses trabalhadores com a liderança do MST passam a ter uma consciência crítica a visão social e política da questão em prol de uma reforma agrária que leve um novo modo de produção e substitua o modelo socio econômico vigente da sociedade. Este fato tem preocupado os latifundiários sendo sujeitos à desapropriação de áreas ocupadas pelos Movimentos dos trabalhadores Rurais ocasionando uma série de conflitos deixando um saldo de vítimas fatais.

A maior parte daqueles conflitos não foi resolvida. Entre 1986 e 1996, o INCRA aprovou apenas 67 projetos: 54 em áreas desapropriadas (80,6%), 12 em áreas compradas (17,9%) e 1 por transferência e área (1,5%). A ação do órgão citado período, só adquire certa dimensão a partir dos anos de 95-96, quando foram criados 45 projetos de assentamentos (67,3%), com 3.813 famílias assentadas (79,2%) de 4.813 beneficiários. (SOUZA, 2002, p. 128).

Os projetos de assentamentos implantados até 1996 se deu com bases a resistência dos sem-terra no processo de expulsão da terra na qual viviam e trabalhavam, conflitos estes defasados por falta de uma decisão política decorrente da demora da justiça que dificulta a posse e por falta de atuação dos dirigentes do Incra na aquisição de imóveis.

No Governo da Nova República a reforma agrária aparentemente ganhou prioridade para o desenvolvimento nacional para tanto, Com a elaboração dos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRAs). “Na Paraíba essa estrutura permanece praticamente inalterada, uma vez que as áreas até o momento destinadas aos assentamentos do INCRA correspondem apenas 1,1% da área de todos os estabelecimentos rurais do Estado.” (SOUZA,2002, p. 132). As metas estabelecidas pelo PRRA-PB havia um descompasso entre o número de famílias e a área desapropriada, dessa forma mantém a estrutura fundiária com poucas áreas destinada as famílias assentadas. Em análise aos serviços prestados aos projetos de Assentamento pela Superintendência Regional do INCRA na Paraíba percebe-se a ineficiência e o retardamento

das implantações e pela falta de atuação em frente à demora judicial nos processos de desapropriação.

3.3 A Atuação do INCRA no Assentamento Santa Tereza

O INCRA quando efetua vistorias no imóvel tem como objetivo verificar o cumprimento da função social da propriedade. Trata-se de elemento inicial por interesse social para fins de reforma agrária. A proposta originou-se do pedido de vistoria, solicitado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Soledade – STR Sendo assim, o Superintendente Regional do INCRA no Estado da Paraíba, determinou a formação de uma comissão de vistoria em 16 de julho de 2001, encarregada de efetuar o levantamento preliminar, para coleta de dados e informações, com a finalidade de aferir a produtividade do imóvel e a sua classificação cadastral. A vistoria e avaliação do imóvel rural denominado Fazenda Santa Tereza no Município de Soledade – PB com área total de 1.932,4 ha foram iniciadas no dia 25/07/2001 o objetivo primordial é a obtenção de subsídios de caráter técnico e sócio – econômico, para a classificação da fazenda e a sua viabilidade para a reforma agrária.

Na pesquisa realizada no cadastro pelo INCRA constatou que a propriedade estava no recadastramento efetuado em 1992, sendo atualizado através do processo de desapropriação. O proprietário tomou conhecimento da vistoria para obtenção de dados, informações e avaliações inicialmente através do Ofício. O levantamento do efetivo pecuário foi feito pela contagem física. Segundo o INCRA, O proprietário não dispunha de fichas de movimentação do rebanho pecuário e ficha do criador. Após os cálculos efetuados pelo INCRA o GUT – Grau de Exploração da Terra de 46,69%, e o GEE- Grau de Eficiência na Exploração de 100,00%, ficando o número de módulos Fiscais em 32,20, classificando o imóvel como Grande Propriedade improdutiva, desta forma, não atende o estabelecido na Constituição federal e o artigo 6º da Lei 8. 629/93, estando assim, passível de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.

De acordo com o INCRA, a análise das peças agrônômicas do Laudo de vistoria certifica-se que o imóvel é adequado para fins de assentamento, fundamentando-se que o local da propriedade é bem servido de infraestrutura nas áreas de serviço por esta ser próximo 3 km da sede do município, possuir vias de acesso (estradas) e as terras vocacionadas para a exploração da agricultura, pecuária e entre outras. O tamanho da área tem a capacidade para assentar 51 famílias. A criação é feita através da publicação de uma portaria, onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os

próximos passos que serão dados para sua implantação. Com base nessa informação o INCRA inicia a fase de instalação das famílias no local com o pagamento dos primeiros créditos e a realização do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), responsável pela organização espacial do assentamento.

4- HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO SANTA TEREZA

4.1- Da Fazenda Santa Teresa Ao Assentamento Antonio Avelino de Sousa

A fazenda Santa Tereza pertenceu à família Nóbrega por mais de um século, os herdeiros de Trajano Nóbrega (Família atuante na cidade de Soledade desde o início da formação da vila) venderam na década de 1980. Após esse período, a propriedade pertenceu a três donos (cada dono em período de tempo diferente), sendo que o último possuía a área apenas com a finalidade de descanso e lazer. A produção que por ventura vinhesse a existir não tinha grande representatividade. O processo de desapropriação da terra se deu inicialmente por dois representantes de um partido Político ligado aos movimentos sociais de trabalhadores rurais, juntamente com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Soledade-PB. Os mesmos tinham conhecimento com o dono do imóvel tendo em vista que a propriedade possuía uma grande extensão de terra e pelas estruturas das construções: casas, currais, cercas, galpões, baias entre outros, e também pela quantidade de água acumulada em açudes, barreiro. Tornou-se um ponto positivo para que fosse dado o início de um processo para possível compra através do Banco o então proprietário aceitou a proposta para a venda do mesmo pelo Banco.

Os representantes procurando o Banco do Nordeste para avaliar a possível compra não conseguiram a aprovação pelo fato que a fazenda era muito extensa, e só poderia no máximo a compra da terra com 800 hectares. Então os militantes buscaram o Incra e o mesmo gostou da proposta para uma avaliação da fazenda. Os trabalhos foram iniciados no dia 25/07/2001 para o levantamento e para a classificação do imóvel e a sua viabilidade para a Reforma Agrária. O Assentamento Santa Teresa (tal qual chamado pelos moradores) cujo nome oficial e registrado pelo Incra como: Antônio Avelino de Sousa, nome escolhido pelos representantes da associação em homenagem a atuação do presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Soledade no apoio para a realização do assentamento.

4.2 A criação do Assentamento Santa Teresa

Em 2001 os militantes juntamente com o sindicato dos trabalhadores rurais de Soledade se mobilizaram com as famílias que trabalhavam na Fazenda Santa Teresa e com trabalhadores rurais e algumas famílias que residiam na rede urbana, mas que havia interesse a voltar a viver no campo e formaram uma associação de pessoas que tinham interesse em

adquirir uma terra. Segundo o INCRA (2001) Em julho foi efetuada a atualização cadastral pelo Incra retratando a real situação do referido imóvel e com base nas informações constantes do Laudo de Vistoria foi reclassificado de produtivo para imóvel que não atingiu os índices previstos no artigo 2º, § 2º da Lei nº 8.629, de 25/03/93 e alterações posteriores, Decreto nº 2.250, de 11/06/97, portaria/INCRA/P/nº 41 de 24/05/2000, e Norma de Execução DF/nº 01 de 02/06/2000, portanto, é passível de desapropriação. E analisadas as peças técnicas verifica-se que o imóvel é adequado para fins de assentamento.

Um dos primeiros processo juntamente com a vistoria da fazenda foi a realização da entrevista livre, realizada pelo INCRA (pelas famílias interessadas em possuir um lote de terra) para uma análise do perfil social de cada família e os demais interessados, depois da coleta de informação os nomes das famílias ou do cadastrado foi posto no sistema para a escolha dos mesmo. Com a escolha das famílias em 29 de Novembro de 2003 foi criada a associação do assentamento. Os antigos trabalhadores do proprietário do imóvel da Fazenda Santa Teresa foram beneficiados pela reforma agraria para o projeto de assentamento, permanecendo como assentados e outros vieram depois da formulação da associação morar nas casas que já existiam na fazenda, a casa sede foi ocupada inicialmente por três famílias e somente a partir do ano de 2004 é que foi liberado uma linha de crédito para a construção das casas e beneficiando as demais famílias.

5- A EVOLUÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA DO ASSENTAMENTO SANTA TEREZA

5.1 A Estrutura Quantitativa do Assentamento Santa Tereza da Criação ao Dias Atuais

O projeto de assentamento Antonio Avelino de Sousa está localizado nas extremidades da cidade de Soledade-PB(ver figura 2) e conta com uma área de 1.932,4 há (um mil novecentos e trinta e dois hectares e quatro ares) possuindo 44 famílias assentadas ficando aproximadamente 11,4 hectares para cada beneficiários do projeto e o restante para área coletiva. O assentamento encontrava-se com uma estrutura inicial com um açude de capacidade de 6 milhões de m³ e mais 8 barreiros de pequeno porte, três poços mais todos desativados, armazéns e currais e algumas casas antigas.

Atualmente com as construções das casas pelo projeto de assentamento através do crédito do INCRA estruturalmente existem cisternas de água de beber pelo programa uma terra e duas águas (P1 + 2) e outras (calçadão e enxurrada totalizando 14 cisternas e um barreiro trincheira) e um poço ativado com água salobra.

5.2 O Desenvolvimento Qualitativo do Assentamento Santa Tereza

Segundo o INCRA, o trâmite para acesso aos recursos é iniciado com a seleção dos assentados conforme os parâmetros definidos, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária. O INCRA encaminha as informações sobre os beneficiários ao Banco, onde é feito o cadastro e a confecção dos cartões daqueles que foram considerados aptos fazer parte do programa .Após a assinatura dos contratos, o instituto autoriza o banco a creditar o valor referente à modalidade selecionada nas contas abertas em nome dos assentados, que fazem a movimentação por meio de cartão magnético individual.

Inicialmente teve o fomento I e II, No Art. 1º Este decreto regulamenta a concessão dos créditos de instalação previstos no inciso V disposto no art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 o fomento - para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo da geração de trabalho e renda. O primeiro voltado para a realização da compra da primeira alimentação e o II projeto produtivo junto com a assistência técnica para a compra do primeiro animal de tração para o trabalho (Boi, Vaca).

Em termos de fontes de água permanece com as mesmas estruturas de um açude e 8 barreiros, como mostra a figura 3 o principal açude.

Figura 03: fonte de água: Açude Santa Tereza



Fonte: ALMEIDA, Mayza Lopes, pesquisa de campo/2016.

O açude Santa Tereza possui uma capacidade de 6 milhões de m³, no momento a região está passando por um período de estiagem por aproximadamente cinco anos o mesmo encontra-se com pouca capacidade de armazenamento, a água que se encontra no reservatório foi armazenada pelas chuvas ocorridas em março de 2016, e no atual momento só está servindo para o uso animal. Atualmente há deterioração de alguns imóveis antigos. As casas construídas pelo crédito do Inca depois de cinco anos de moradia disponibilizou crédito para a reforma das casas, e a construção de cisternas em todas as casas pelo programa da articulação do semiárido(ASA) e programa de 1 milhão de cisternas (P1MC) e algumas cisternas para produção de hortaliças do programa uma terra duas águas (P1+2) como: cisterna calçadão É uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m² construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil litros. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. A água captada é utilizada para irrigar quintais produtivos: plantar fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, e para criação de animais.

Figura 04: cisterna calçadão no assentamento Santa Tereza em Soledade-PB



Fonte: ALMEIDA, Mayza Lopes, pesquisa de campo/2016.

O objetivo é promover a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e fomentar a geração de emprego e renda para as mesmas. A estratégia para alcançar esses objetivos é estimular a construção de processos participativos para o desenvolvimento rural do Semiárido brasileiro. Cisterna-calçadão – É uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m² construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil l. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. O calçadão também é usado para secagem de alguns grãos como feijão e milho, e raspa de mandioca. A água captada é utilizada para irrigar quintais produtivos: plantar fruteiras, hortaliças e plantas medicinais, e para criação de animais. Barreiro-trincheira – São tanques longos, estreitos e fundos escavados no solo. Partindo do conhecimento que as famílias têm da região, é construído em terreno plano e próximo ao da área de produção. Com capacidade para armazenar, no mínimo, 500 mil litros de água, tem a vantagem de ser estreito, o que diminui a ação do vento e do sol sobre a água. Isso faz com que a água evapore menos e fique

armazenada por mais tempo durante a estiagem. Esse programa P1+2 abrangeu de 14 famílias assentadas. E um poço em funcionamento de água salobra.

Figura 05: Fonte de água: Poço Amazonas



Fonte: ALMEIDA, Mayza Lopes, pesquisa de campo/2016

O poço encontra-se em mal estado de conservação e praticamente sem utilização devido a água conter muito sais, impossibilitando o seu uso doméstico e animal.

5.3 Fatores que justificam o Sucesso (ou Insucesso) do Assentamento Santa Tereza.

O sucesso é na forma do projeto de assentamento porque de um único dono originar 44 famílias donas dos lotes e essas pessoas conseguiram tirar algum sustento para a complementação da renda, cada família tinha um sonho de possuir uma casa e hoje ter a terra e poder produzir já é bem satisfatório. Os projetos a nível nacional que favorece aos agricultores o como o Programa de Aquisição de Alimentos PAA, o garantia safra e a Bolsa família esses programas assistencialistas contribuí para o sustento dos moradores do assentamento. A cooperativa organiza os agricultores na questão de produção. ONG tem a ASA projeto do Governo Federal visa atender a uma necessidade básica da população que vive no campo: água de beber. Com esse intuito nasce o Programa Um Milhão de Cisternas, o P1MC. Melhorar a vida das famílias que vivem na Região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade é o principal objetivo do Programa. Através do armazenamento da água da chuva em cisternas construídas com placas de cimento ao lado de cada casa, as famílias

passam a ter água potável. P1+2 Neste espaço, ter água significa segurança hídrica e também segurança alimentar e nutricional, porque a água da chuva armazenada serve igualmente para produzir alimentos e sementes.

Figura 06: produção orgânica de Hortaliças variadas



Foto: ALMEIDA, Mayza Lopes, pesquisa de campo/2016.

O projeto da ASA P1+2 possibilita que varias famílias do assentamento Santa Tereza possa produzir as hortaliças através de bombeamento de irrigação simples ter acesso a uma alimentação saudável, de qualidade e em quantidade suficiente é um direito de todos e todas. Isso é segurança alimentar e nutricional. Já a soberania alimentar está associada à autonomia dos povos de decidir o que comer e como produzir, respeitando seus hábitos alimentares.

A Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos de Reforma Agrária da Paraíba (COOPTERA), empresa responsável pela elaboração do PDA. O INCRA universalizou a oferta de Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) aos assentamentos da reforma agrária na Paraíba. A autarquia assinou termos aditivos com duas das seis entidades prestadoras de assistência técnica tendo as famílias de agricultores assistência continuada por equipes técnicas multidisciplinares. Além da assistência técnica agropecuária, uma série de ações de apoio ao desenvolvimento das famílias beneficiárias, a assistência técnica faz a parte de atendimento. Com uma equipe multidisciplinar (assistência social, veterinário, técnico produtivo) para atender os assentados e promover orientação em relação a produção. O Projeto Dom Helder Camara é um programa de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido do Nordeste, embasado conceito de convivência com o semiárido, assessoria técnica permanente, multidimensional, diferenciada,

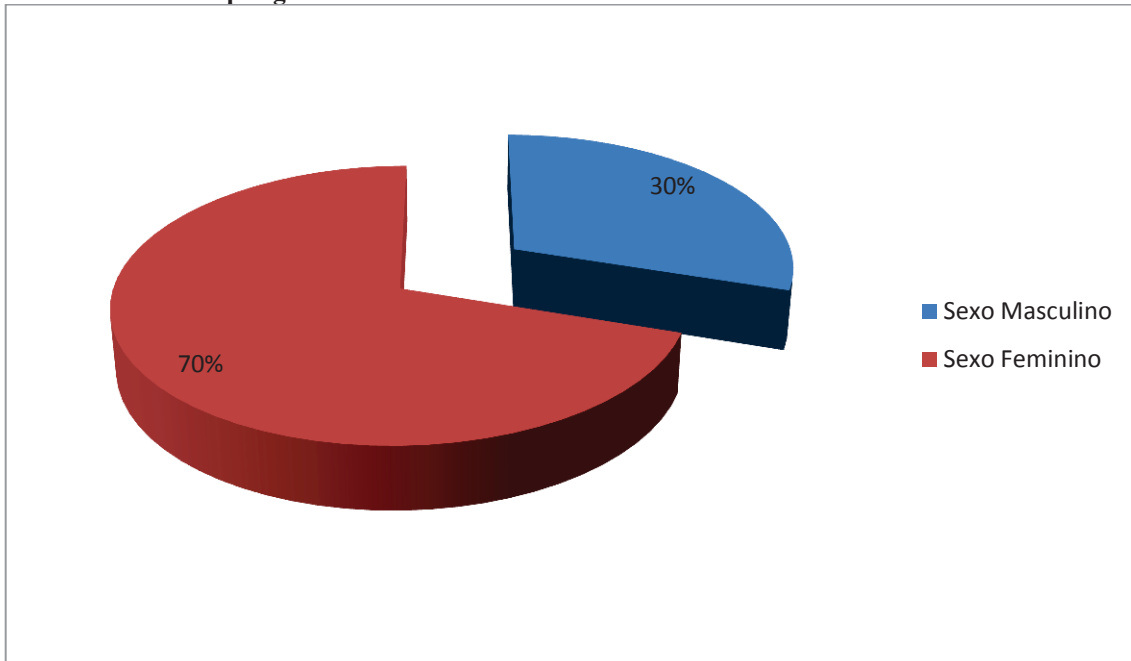
concebida como uma ação contínua e sistêmica, focada nas demandas, objetivos e áreas de resultado de interesse das famílias beneficiárias e referendada em posicionamento técnico e avaliações participativas que garantem a viabilidade das proposições apresentadas. Desenvolvessem o manejo de suas terras, de forma a conciliar aspectos econômica à conservação dos recursos naturais, como o solo, a água e a biodiversidade.

Insucesso as questões de ser limite com a zona urbana tem gerado o maior índice de insegurança, algumas casas foram invadidas e roubadas seus pertences. Não existe nenhum financiamento devido para que consiga tem que ter um Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA). Segundo o INCRA, o Plano é documento fundamental para orientar a organização do espaço do projeto de assentamento e as atividades produtivas a serem desenvolvidas pelos agricultores no local. O PDA deve conter um diagnóstico da realidade local e fazer uma proposta viável para o desenvolvimento do assentamento, visando garantir o acesso irrestrito às políticas públicas do INCRA e demais instituições parceiras. Além disso, o PDA relaciona as ações necessárias à recuperação e à preservação do meio ambiente, o programa social e de infraestrutura básica. Houve a contratação assistência técnica juntamente com os assentados para a realização do projeto só que o INCRA não aprovou o PDA, e cerca de um ano foi feito mais outro projeto e foi mandado para o Incra e está aguardando a análise do mesmo para sua possível aprovação, com o projeto consegue o financiamento e o plano direciona como adquirir e as formas de investimentos.

No período de seca nos últimos cinco anos é praticamente impossível sobreviver da agricultura é um período de produção irregular é pouquíssimo a influencia da agricultura e pecuária na renda. Não existem práticas de irrigação por gotejamento nem por aspersão, apenas uma prática mais simples de irrigação através das cisternas de enxurradas que faz o bombeamento para uma caixa d'água que irriga os canteiros de hortaliças. Contudo, com as adversidades climáticas, a produtividade é comprometida e o risco de insucesso, elevado.

5.4- Assentamento Santa Tereza: desafios e perspectivas sociais

Atualmente o assentamento apresenta 44 famílias beneficiadas no cadastro do projeto de assentamento, somando um total de 172 pessoas, os dados colhidos correspondem a 25% dos assentados, ou seja, 10 famílias pesquisadas. Os dados colhidos como mostra o Gráfico 1: abrangeram um total de 70% mulher e 30% homem, a maior porcentagem representada pela mulher não significa que as mesmas são chefe de famílias, mas devido à concentração na tarefa do lar e disponível para a aplicação da pesquisa.

Gráfico 1- Divisão por gênero dos assentados beneficiários do assentamento Santa Tereza

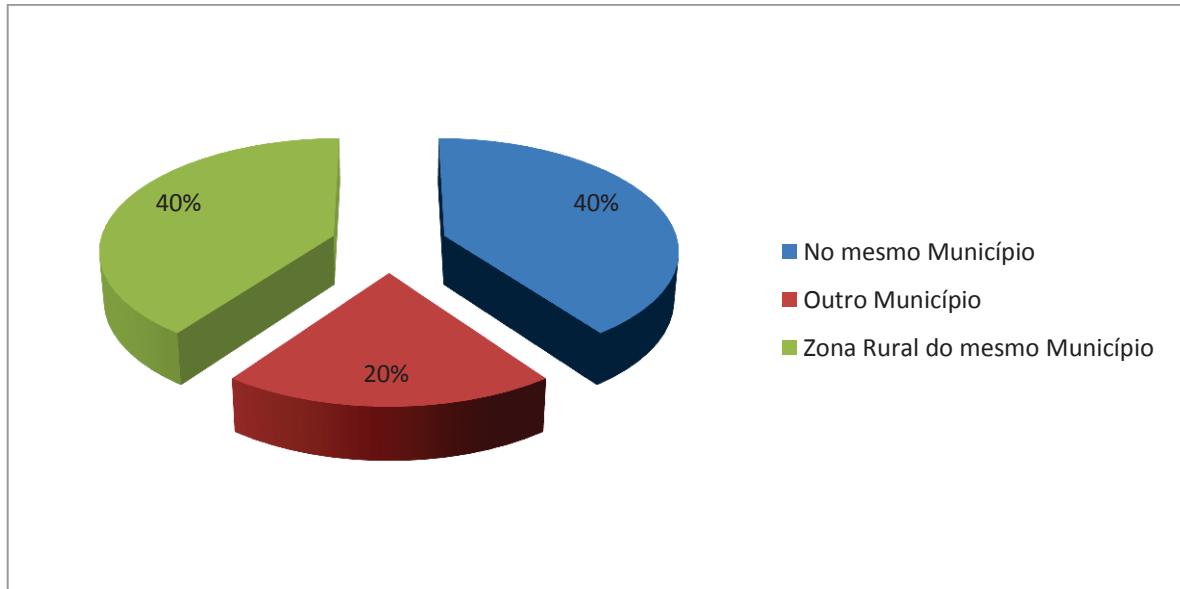
Fonte: ALMEIDA, Mayza Lopes de. Pesquisa de Campo, 2016.

O sexo masculino concentra na faixa entre 35 a 69 anos, desse total cerca de 33% correspondem aos que apresentam idade de mais de 60 anos e 34% apresentam até 40 anos de idade. Em relação à idade o sexo feminino a maior parte está concentrada entre 32 a 69 anos de idade, com total de 43% até 40 anos e 29% com mais de 60 anos. Esse é um dado até certo ponto preocupante, por uma série de razões: o desgaste físico sofrido por esses trabalhadores ao longo da vida já teria comprometido seriamente a sua força de trabalho; as pessoas mais idosas têm maiores dificuldades de mudanças sejam elas direcionadas ao processo produtivo ou a dinâmica de organização da associação do assentamento; a maioria dos filhos terem constituídos famílias reduzindo a força de trabalho familiar. Por outro lado a presença de pessoas idosas garante a renda mensal através da aposentadoria, assim garantindo o mínimo de subsistência para as famílias.

Aproximadamente três famílias beneficiadas no projeto de assentamento residem há bastante tempo nas áreas do assentamento. A partir de 2001-2003 quando começou o processo de desapropriação e a escolha das famílias em 2003, vieram morar nas antigas casas que existiam na fazenda e as demais no ano de 2004 com o projeto das construções das casas dos quais 1% já residiam na propriedade desse o ano de 1989 como trabalhadores rurais e permaneceu como assentado. O lugar de procedência de acordo com o gráfico 2, dos beneficiários constata-se que 80% deles eram do mesmo município onde situam o

assentamento sendo que 40% residiam na zona rural, enquanto apenas 20% procedem de outros municípios.

Gráfico 2: Local de residência antes do assentamento Santa Tereza



Fonte: ALMEIDA, Mayza Lopes. Pesquisa de Campo, 2016

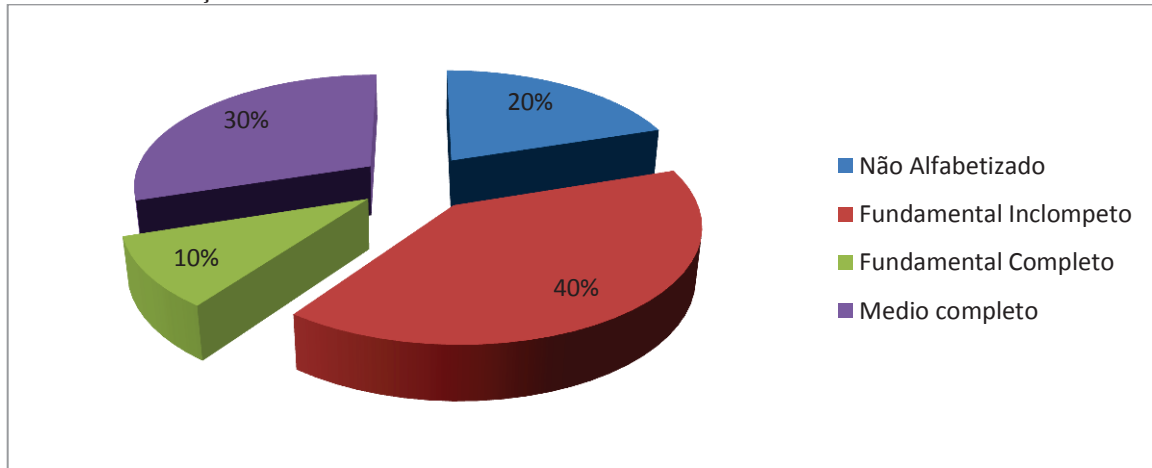
A ligação ao campo é confirmada quando se observa as atividades anteriores exercidas pelos mesmos. Segundo os dados 60% das famílias assentadas já eram ligadas a agricultura ou como pequeno produtor rural nas terras de familiares ou como trabalhadores rurais, apenas 4% da população pesquisada declarou-se em outras atividades (domestica, pedreiro, Gari), mas sempre conciliando as mesmas com a agricultura.

Os assentados residem em seus lotes onde todos 100% se encontra em casa de tijolos apresentando um estado de conservação bom devido os mesmo depois da construção de suas casas em aproximadamente cinco anos receberam um valor de cinco mil do Incri para a reforma da mesma. As condições sanitárias em que vive os assentados e seus familiares cerca de 100% dos entrevistados possuem água em suas residências (cisternas) e somente 50% dispõe de água encanada processo que se dá a partir de bombeamento da água da cisterna para alguns cômodos da casa (como banheiro e cozinha). É o número de casas com banheiro são consideráveis com 90%, bem como privadas e fossas 90% e respectivamente e somente 10% encontram-se sem banheiro.

Em relação às fontes de abastecimento de água e de energia, os dados apontam que a principal fonte de abastecimento de água é de 100 % de açude provindo de 100 % de carros pipas que abastecem as cisternas cadastradas pelo Exercito militar ou pela prefeitura do município e as casas não cadastradas os mesmo 50 % buscam a água da cisterna em carroças

de burro. Os assentados utilizam como forma de tratamento da água 100% o cloro. O abastecimento de energia elétrica apresenta uma situação favorável, pois 100% das residências estão ligadas à rede de fornecimento, sendo que a energia é monofásica impossibilitando para a utilização produtiva, impondo uma forte limitação a projetos de irrigação e de beneficiamentos da produção agropecuária.

Gráfico 3: Condições de escolaridade



Fonte: ALMEIDA, Mayza Lopes. Pesquisa de Campo, 2016.

Quanto à escolaridade verifica-se no Gráfico 3 que, 20% de pessoas encontra-se não alfabetizadas 40% possuem o Fundamental incompleto o 10% o fundamental completo e cerca de 30% o Médio completo. Esse dado reflete a condição de escolaridade da população rural adulta e adiciona uma dificuldade para o desenvolvimento do assentamento. O assentado mantém seus filhos e netos na rede escolar garantindo assim a educação dos mesmos. No assentamento não há escolas para nenhum nível de escolaridade porém eles estudam na rede urbana do município na qual a prefeitura oferece o transporte escolar (ônibus) para a locomoção dos mesmos. No assentamento já houve programas do governo que foi sediado na casa grande (ver figura 07), como programas de alfabetização para jovens e adultos, mas atualmente esse programa não é mais levado ao assentamento. O ensino é de fundamental importância para o processo do fortalecimento da pequena produção familiar.

Figura07: Casa Grande do assentamento Santa Tereza em Soledade-PB



Foto: ALMEIDA, Mayza Lopes, pesquisa de campo/2016.

O assentamento Santa Teresa em anos anteriores tinha atendimento médico, os profissionais da saúde fazia o atendimento na casa grande (ver figura3) por um período de tempo, o local por não possuir uma higienização o atendimento foi encerrado e atualmente não dispõe de posto de saúde, desse modo, é necessário o deslocamento para a sede do município (policlínica e casos mais graves no hospital) para o atendimento médico-hospitalar e também acontece no âmbito odontológico centro de especialidades odontológicas (CEO), mais de cerca de 50% se queixou de atendimento deficitário na rede de saúde bucal não conseguindo atendimento. A doença mais referenciada pela população é a gripe 70% o que provavelmente está relacionado com o estado nutricional dessa população e as condições de trabalho. E em seguidas as doenças crônicas que acomete a população mais idosa de um modo geral como hipertensão arterial 50% e Diabetes com 20%. E um registro de 10% de frequência de doenças intestinais (diarreia) onde as condições sanitárias (falta de banheiro, privada) são precárias.

A vida social nos assentamentos está centradas nas associações, cerca de 70% estão ligados a essa organização do seu projeto de assentamento, toda interlocução dos beneficiários com o INCRA, se dá pela intermediação da associação. Os moradores do assentamento encontram-se 90 % na situação de assentado e só 10 % na situação de agregado que estão relacionados aos filhos de beneficiários que se casam ou tem filhos e constroem uma casa no lote que faz parte da família.

A atividade principal desenvolvida pelos assentados é o cultivo da terra e a pecuária, mas devido a estiagem nos últimos cinco anos a seca que assola a região e a falta de crédito

fica impossibilitado a produtividade do mesmo, permanecendo apenas a criação de animais de pequeno porte e algumas famílias a produção de Hortaliças e o excedentes para a comercialização e outras também garantindo o seu sustento com pequena criação de bovinos e a comercialização do leite e consideravelmente boa parte dos moradores sobrevivem expressivamente dos programas sócias e da aposentadoria. Verifica-se que é bastante pequeno o número de pessoas que declararam desenvolver outras atividades que não a agropecuária como atividade principal e 60 em outras atividades complementares como: pedreiro, vigilante.

Figura08: Feira da Agricultura Familiar em Soledade-PB



Foto: ALMEIDA, Mayza Lopes, Abril/2016.

O excedente da produção é comercializado e, assim, garante uma complementação de renda para as famílias de agricultores (as). A feira da agricultura familiar acontece na última sexta feira de cada mês das 6:00 às 10:30 da manhã. No que se referem à produção nos períodos chuvosos, os quatros produtos mais cultivados pelos beneficiários do programa de reforma agrária são Feijão 100 %, o milho 100 % a fava 60% e a Batata-doce 60%. Na qual 90% é destinado ao consumo e 20% o excedente é comercializado. Tal composição manifesta o caráter predominantemente tradicional na organização da produção focado nos principais produtos consumidos pela agricultura familiar e também as hortaliças que além de serem consumidas, complementam a renda.

Em relação á produção animal, sobressai à criação 100% de aves , 50% bovinos, 60% suínos, 20% ovinos, cerca de 90% para o consumo da família e 30% o excedente para a comercialização. Trata-se de uma criação de pequena dimensão, os animais é explorado de

modo complementar á produção agrícola, destinado parcialmente para o consumo e á comercialização para reforçar a renda. Os instrumentos de trabalho para poder produzir são de forma rudimentares como a enxada, foice, facão, machado e cultivador, conseguidos logo de inicio pelo projeto de assentamento para a compra dos primeiros instrumentos de trabalho, não possuindo nenhum trator de uso coletivo para o preparo da terra na produção de alimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do processo histórico do Brasil a luta pela terra se intensifica com as organizações dos movimentos sociais, contribuindo para o surgimento dos assentamentos rurais, que está diretamente relacionado com a questão agrária brasileira, marcada pela estrutura fundiária concentrada e intervenções políticas que acentuaram as desigualdades sociais. Dessa maneira, os assentamentos representam um fato recente no processo de luta pela democratização do acesso a terra no Brasil, que está presente em todas as Regiões.

Verifica-se que as dificuldades enfrentadas pelos moradores, a falta de condição de trabalhar na terra. Os principais fatores que afetam o desenvolvimento foram as limitantes do quadro natural (frequência das chuvas) o não acesso a irrigação, a falta de capital aos agricultores assentados (crédito agrícola com a não aprovação do PDA e a demarcação da terra) na qual o projeto de assentamento não conseguiu a aprovação e o segundo projeto está em análise a cerca de um ano, erros na elaboração de projetos, demora na liberação do crédito têm levado os agricultores à baixa produtividade ficando estes impossibilitados de contrair financiamentos limitando no processo produtivo.

Para que os assentamentos tenham êxito, faz-se necessário que os mesmos sejam viabilizados, atingindo um bom nível de desenvolvimento, garantindo para as famílias assentadas a produção de alimentos para a subsistência e obtenção de renda. Fazendo necessária uma boa elaboração do projeto (PDA) para que os assentados possam adquirir crédito para a produção, apesar das adversidades imposta pelo clima da região, projetos que possam aproveitar e potencializar a adaptabilidade às condições adversas, garantindo no mínimo, os instrumentos de produção necessários ao desenvolvimento.

A constituição do assentamento se faz importante pelo local de moradia ser próximo da área urbana do município possibilitando os mesmo o acesso aos serviços públicos (educação, saúde, comercialização entre outros) a disponibilidade de água ao consumo humano, acesso a energia elétrica e a boas condições de moradia e pela possibilidade de tornarem-se produtores e girar a economia local. A pesquisa permitiu uma melhor avaliação dos fatores que identificam os problemas/limites existentes no assentamento e uma possível alternativa que contribuam para a permanência no campo e para o desenvolvimento social, econômico da população local.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas No Nordeste**. 2ª edição. Editora Ática. São Paulo, 1989.

ASA: Articulação No Semiárido Brasileiro. Disponível: <http://www.asabrasil.org.br/> Acesso em 27 de Abril de 2016.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis, Vozes, 1984.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Luta Pela Terra, Reforma Agrária e Gestão e Conflitos no Brasil**. Campinas SP: Editora da UNICAMP, 2008.

Constituição Federal: créditos de instalação. Disponível: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em 27 de Abril de 2016.

FILHO, Inocêncio Nóbrega. **Malhadas das Areias Brancas ou história de uma cidade**. Fortaleza: Escola Tipográfica. São Francisco, 1974.

IBGE: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros XVII. Rio de Janeiro 1960. Planejada e Orientada por Jurandyr Pires Ferreira.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível: <http://www.incra.gov.br/> Acesso em 27 de Abril de 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 20 de Março de 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso 20 de Março de 2016.

MORISSAWA, Mistue. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Projeto Dom Helder Camara. Disponível: <http://www.projetodomhelder.gov.br/> Acesso em 27 de Abril de 2016.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Atlas Escolar da Paraíba**. 3ª edição. São Paulo: GRAFSET, 2002.

SILVA, José graziano da. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. **A Questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais Na Paraíba**. 2. Ed. João Pessoa: Idéia, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário para os agricultores do Assentamento Santa Tereza

. Data do preenchimento do questionário: / / Horário: :

Identificação:

Nome do agricultor (a) _____

1- Sexo: Masc.() Fem.() Idade: _____

2- Onde residia antes do assentamento?

No mesmo Município () Outro Município () Outro estado () Qual? _____

3- Quais atividades eram exercidas antes do assentamento?

Agricultor () servente () Domestica () trabalhador rural Outros () _____

4- tempo de residência na área do assentamento?

2001-2004 () 2005-2009 () 2010-2014 () 2015-2016 () Outros () _____

5- Condições de habitação / tipo de moradia dos beneficiários do projeto de assentamento?

Tijolo () Taipa () Madeira () Alvenaria () Outro () _____

6- A moradia possui (n^o= número de cada peça)

Banheiro () Cozinha () Quarto () Sala () Varanda/ área () Total () Outros _____

7- De onde vem à água que abastece a sua propriedade?

Açude () Poço () Cacimba () Rio () Riacho () Lagoa () Outro () _____

8- Qual a forma de abastecimento de água?

Água encanada () coleta manual () Carro pipa () outro () _____

9- Como é feito o tratamento da água para o consumo humano:

Filtrada () Fervida () Clorada() Não há tratamento() Outros () _____

10- Fontes de energia

Elétrica () Querosene/óleo () Bateria () Gerador () Outro () _____

11- A energia é monofásica?

Sim () não () outro () _____

12- Condições sanitárias; marque os itens a seguir a qual o assentado tem acesso.

Cisterna () água encanada() privada() fossa () Banheiro privada ()

13- Utiliza sanitário ou buraco para dejeções localizado no Assentamento?

Sim () Não ()

14- O esgoto do banheiro ou sanitário é lançado (jogado) em:

Fossa Séptica () Fossa rudimentar vala () rio () Outros() _____

15- Escolaridade:

Não Alfabetizado (a): ()

Fundamental () Completo () Incompleto ()

Médio () Completo () Incompleto ()

Universitário () Completo () Incompleto () Qual curso: _____

16- Há Escola no assentamento?

Sim () não () outro () _____

17- Tem filhos?

() Sim () Não Se sim, quantos? _____

18- Frequentam a escola?

() Sim () Não se não, por que ? _____

15- Tem transporte escolar? Qual?

Ônibus () pau-de -arrara () Carro van () Outros () _____

19- Condições de saúde/ principais doenças que afetam a família dos assentados?

Gripe () Virose () Diarreia Hipertensão() Diabetes () Outro () _____

20- A família é assistida por Agente de Saúde e Agente de endemias?

Sim () não ()

21- Existe posto de saúde no assentamento?

Sim () não () se não, como acontece o procedimento? _____

22- Participam da Associação organizada no Assentamento?

Sim () não () Freqüente as vezes ()

23- A situação do morador:

Assentado () Agregado () irregular () outro () _____

24- Atividade principal:

Agricultura () Pecuária () Domestica () outra atividade () _____

25- formas de cultivo:

Individual () coletivo () Mista ()

26- Produção agrícola:

Feijão () Milho () Fava () Batata doce() outro () _____

Produção destinada ao consumo ou comercialização? Consumo () Comercialização ()

27- Relação da produção animal/Quantidade de animais:

Caprinos _____ Suínos _____ Bovinos _____ Ovinos _____
Aves _____ Outros _____

Produção destinada ao consumo ou comercialização? Consumo () Comercialização ()

28- Produção de hortigranjeiro/Olericultura:

Coentro () tomate () Alface () outro () _____

Produção destinada ao consumo ou comercialização? Consumo () Comercialização ()

29- Quais instrumentos utilizados no trabalho o morador dispõe?

Enxada () Foice () Facão () Pá () Arado de tração animal ()

Machado () outro () _____

30- Você recebe algum benefício social?

Sim () Não ()

Se sim, () Bolsa Família () Seguro Safra () Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-
PETI () Outro () _____

31- Mora com aposentado(s)?

() Sim () Não

Se sim, quantos? _____ Renda aproximada

32 - Renda Familiar:

Até 510,00 () Até 01 salário mínimo () 01 a 03 salário mínimo ()

Recebe ajuda programa social () não possui nenhuma renda ()

33- Quantas pessoas compõem a sua família?

() 1 pessoa () 2 pessoas () 3 pessoas () 4 pessoas () 5 pessoas

() Acima de 5 pessoas _____

34- Qual a maior necessidade de sua família hoje?

() Emprego () Alimentos () Remédios () Tratamento Médico; odontológico

() Escola; material escolar () Roupas calçados () outros _____

35- No domicílio existe:

35. 1- Rádio (inclusive integrado a outro tipo de aparelho) () Sim () Não

35. 2- Televisão () Sim () Não

35. 3- Máquina de lavar roupa? () Sim () Não

35. 4- Geladeira? () Sim () Não

35.5- Telefone celular? () Sim () Não

35.6- Microcomputador? () Sim () Não

35. 7- Microcomputador com acesso à internet? () Sim () Não

35.8- Motocicleta para uso particular? () Sim () Não

35.9- Automóvel para uso particular? () Sim () Não

36- Observa algum problema ambiental no Assentamento: Sim () Não ()

Qual (ais)? _____

37- Recebe assistência técnica:

Regular () ocasional () não tem () De que órgão? _____

38- No domicílio existe água canalizada (encanada)

() Sim, em pelo menos um cômodo

() Sim, só na propriedade para irrigação

() Não

39- O lixo do domicílio é:

() Queimado (na propriedade)

() Enterrado (na propriedade)

() Jogado em terreno baldio

() Coletado por serviço de limpeza

() jogado no rio

() Papel, plástico, vidro e metal reciclado e composto orgânico transformado em adubo

() Outros _____

40- Durante o preparo do solo são utilizadas as queimadas:

Sim () ou Não ()

41- São utilizadas práticas de conservação do solo e de combate à erosão:

Sim () ou Não ()

42- Em relação a segurança o assentamento é seguro?

Sim () ou não ()

43- Qual o grau de satisfação do assentado?

Bom () ruim () Regular () ótimo ()

APÊNDICE B – Entrevista para os Membros da diretoria da associação organizativa do Assentamento Santa Tereza no Município de Soledade - PB

- 1-Como se deu o processo de desapropriação da terra?(da Fazenda Santa Teresa ao Assentamento)
- 2- Uma vez feita à desapropriação quais foram os procedimentos seguidos?
- 3-As famílias assentadas receberam morada? Credito de instalação e investimentos iniciais?
- 4-Conseguiu algum projeto em primeira instância para o Assentamento Santa Tereza? Quais?
- 5-Qual o número de famílias assentadas?
- 6-Qual a estrutura da fazenda antes da desapropriação até os dias atuais?
- 7-Alguns fatores que justificam o sucesso (ou insucesso) do Assentamento Santa Teresa?
- 8-Qual a importância das ONGS no desenvolvimento do Assentamento Santa Teresa?
- 9-Qual a influência dos fatores econômicos no desenvolvimento do Assentamento Santa Tereza como: Agricultura, Pecuária, Financiamentos?
- 10-Os beneficiários do Assentamento Santa Tereza tem acesso para o financiamento de investimentos individuais?
- 11-Há práticas de irrigação para o sistema de produção na agricultura?
- 12- O número de projetos é satisfatório para o desenvolvimento do Assentamento Santa Tereza?
- 13-Desde a implantação quais foram os projetos implantados e se os mesmos conseguiram comprar instrumentos de trabalho para o uso coletivo?
- 14- Quais fatores que dificulta o desenvolvimento do assentamento?